

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA: COMPARAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS DE MINAS GERAIS E SÃO PAULO

Aluno: Paulo Sergio Martins dos Reis
Orientador: Prof. Dr. André Barsch Ziegmann

RESUMO

Este artigo analisa comparativamente os programas de segurança pública *Rede de Proteção Preventiva*, implementado em Minas Gerais, e *Vizinhança Solidária*, aplicado em São Paulo, com foco na prevenção de roubos e furtos por meio do policiamento comunitário e da mobilização social. A pesquisa adota uma abordagem mista, que combina pesquisa qualitativa e quantitativa. A investigação é baseada na análise documental e bibliográfica, utilizando dados do IBGE e relatórios estaduais para avaliar os impactos das iniciativas entre 2015 e 2023. Os resultados apontam que o programa *Vizinhança Solidária* apresentou uma redução de 20% nos índices de roubo e furto em São Paulo, enquanto o programa *Rede de Proteção Preventiva* obteve uma diminuição média de 10% em Minas Gerais. Tais diferenças estão associadas ao maior engajamento comunitário e à autonomia promovidos pelo programa paulista, em contraste com a ênfase em ações educativas no programa mineiro. A análise destaca a importância da integração entre poder público e sociedade na formulação de políticas de segurança pública e sugere a adoção de modelos híbridos que combinem os pontos fortes das duas abordagens como alternativa promissora para replicação em outros contextos regionais.

Palavras-chave: Segurança pública. Policiamento comunitário. Prevenção de crimes. Minas Gerais. São Paulo.

1. INTRODUÇÃO

A segurança pública constitui um dos pilares fundamentais da sociedade contemporânea, com impacto direto na qualidade de vida e na estabilidade social. No Brasil, um país que enfrenta desafios típicos de nações em desenvolvimento, a criminalidade permanece uma questão crítica, demandando políticas públicas que equilibrem prevenção e repressão. Dados mais recentes do IBGE (2023) mostram que, em 2022, a taxa de homicídios atingiu 22,3 por 100 mil habitantes, enquanto crimes patrimoniais, como furtos e roubos, continuam a pressionar as estruturas de segurança. Nesse contexto, iniciativas que mobilizam a participação comunitária têm emergido como estratégias promissoras, complementando o trabalho policial e fortalecendo os laços entre Estado e sociedade.

Diante desse cenário, este estudo propõe uma análise comparativa entre dois programas de segurança comunitária no Brasil: a "Rede de Proteção Preventiva",

implementada em Minas Gerais, e o "Vizinhança Solidária", desenvolvido em São Paulo. Ambos têm como premissa a prevenção da criminalidade por meio do engajamento social e do policiamento comunitário, mas divergem em suas abordagens e resultados práticos. A questão que orienta esta pesquisa é: quais são as principais distinções entre essas iniciativas e como suas estratégias influenciam a redução de crimes patrimoniais? Responder a essa pergunta é essencial para compreender os fatores que determinam o sucesso de políticas baseadas na colaboração entre cidadãos e instituições, oferecendo insights valiosos para o aprimoramento de ações existentes e a criação de novas estratégias em outras regiões do país.

Para alcançar esse objetivo, o artigo está estruturado em três seções principais que se conectam de forma lógica e progressiva. Inicialmente, no Desenvolvimento, estabelecemos o embasamento teórico e a metodologia que sustentam a análise comparativa. Em seguida, apresentamos os resultados, destacando os impactos específicos de cada programa e suas implicações práticas, apoiados por tabelas que ilustram as reduções de crimes. Por fim, nas Considerações Finais, sintetizamos as conclusões, propondo recomendações e apontando caminhos para futuras investigações. Essa organização visa não apenas oferecer uma avaliação detalhada das iniciativas, mas também contribuir para o debate acadêmico e institucional sobre o papel da prevenção comunitária na segurança pública brasileira.

2. METODOLOGIA

A análise comparativa entre a "Rede de Proteção Preventiva" e o "Vizinhança Solidária" fundamenta-se em uma abordagem metodológica mista, que combina elementos qualitativos e quantitativos para captar a complexidade dessas iniciativas. Essa escolha reflete a necessidade de compreender tanto os aspectos estruturais e operacionais dos programas — explorados qualitativamente — quanto seus efeitos mensuráveis na redução de crimes patrimoniais — avaliados quantitativamente —, resultando em uma visão integrada e robusta.

A pesquisa adota um caráter exploratório e comparativo, buscando identificar semelhanças, diferenças e boas práticas entre as duas iniciativas. A dimensão qualitativa baseia-se em análise documental e bibliográfica, enquanto a quantitativa

utiliza estatísticas oficiais. Conforme Creswell (2014), a abordagem mista é particularmente adequada para estudos de políticas públicas, pois permite a triangulação de dados, fortalecendo a confiabilidade das conclusões — um princípio que norteia este trabalho.

Os dados foram coletados de fontes primárias e secundárias, cobrindo o período de 2015 a 2023, intervalo que marca o início dos programas e oferece uma janela temporal suficiente para avaliar seus impactos. Entre as fontes estão relatórios anuais dos governos de Minas Gerais e São Paulo (2023), estatísticas do IBGE sobre criminalidade e perfil sociodemográfico, relatos de moradores citados nos documentos oficiais e obras de referência como Clarke (1980) e Kelling e Wilson (1982). A seleção priorizou relevância, confiabilidade e atualidade, descartando informações anteriores a 2015 ou sem origem verificável.

A análise foi conduzida em três etapas complementares: primeiro, a caracterização dos programas, mapeando objetivos e estratégias com base na técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011); segundo, a avaliação de impactos, integrando dados quantitativos (índices de furtos e roubos) e qualitativos (percepções comunitárias); e, terceiro, a identificação de boas práticas, destacando elementos replicáveis a partir de uma síntese comparativa. Os resultados quantitativos foram organizados em tabelas para clareza, enquanto os qualitativos foram interpretados à luz de teorias como a prevenção situacional (Clarke, 1980) e o policiamento comunitário (Silva; Nunes, 2018).

Embora robusta, a pesquisa enfrenta limitações, como a inconsistência de relatórios detalhados em alguns municípios, a heterogeneidade regional entre os estados e a dependência de fontes secundárias, sem coleta direta pelo autor. Ainda assim, a combinação de dados oficiais, estatísticas e embasamento teórico minimiza vieses e sustenta a validade dos achados. Essa abordagem mista, alinhada às recomendações de Yin (2016), permite uma análise multidimensional: os números evidenciam o desempenho objetivo, enquanto os relatos revelam os processos subjacentes, preparando o terreno para a discussão detalhada que segue no Desenvolvimento.

3. DESENVOLVIMENTO

A análise dos programas "Rede de Proteção Preventiva" e "Vizinhança Solidária" revela como suas estratégias, moldadas pelos contextos de Minas Gerais e São Paulo, produzem resultados distintos na redução de crimes patrimoniais. Esta seção explora as características de cada iniciativa e discute seus impactos, conectando os dados à fundamentação teórica e às realidades regionais, com o suporte de tabelas que ilustram os avanços alcançados.

3.1 *Características e Estratégias*

A "Rede de Proteção Preventiva", lançada em 2015 pela Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais (SESP-MG), surgiu em resposta a um aumento de 15% nos furtos urbanos entre 2010 e 2014 (IBGE, 2023). Seu objetivo é prevenir a criminalidade por meio da educação comunitária e da formação de redes de apoio, integrando a Polícia Militar (PMMG), prefeituras e associações locais. O programa estrutura-se em três pilares: educação preventiva, com palestras e oficinas que, em Juiz de Fora, reduziram furtos em 14% entre 2019 e 2021 (Governo de MG, 2023); redes comunitárias, como os comitês formados por 80% das comunidades de Belo Horizonte até 2020; e parcerias intersetoriais, que ampliam o alcance em áreas rurais com apoio de ONGs e prefeituras. Com um investimento anual de R\$ 10 milhões, reflete a diversidade de Minas Gerais — 853 municípios com características variadas —, mas sua centralização estatal pode limitar a autonomia comunitária.

Por outro lado, o "Vizinhança Solidária", iniciado em 2014 pela PMESP, respondeu a um aumento de 18% nos roubos na capital paulista entre 2010 e 2013 (IBGE, 2023). Focado na vigilância colaborativa, aproveita a urbanização de São Paulo (12 milhões na região metropolitana) e opera com os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) e apoio privado. Suas estratégias incluem redes de comunicação, como grupos em aplicativos que, em Moema, resultaram em prisões em 2020; patrulhamento orientado, com 25% mais abordagens em 2022 (Governo de SP, 2023); e capacitação comunitária, incentivando a auto-organização, como em Campinas com câmeras financiadas localmente. Com R\$ 5 milhões anuais, o programa delega a sustentabilidade às comunidades, beneficiando-se da alta conectividade (90% da população online) e da capilaridade dos CONSEGs.

Essas abordagens refletem os contextos regionais: Minas Gerais, com criminalidade dispersa, prioriza a educação e a centralização, alinhando-se à prevenção cotidiana de Felson e Eckert (2015); São Paulo, pressionado por uma metrópole global, adota a vigilância ativa, ecoando a Teoria das Janelas Quebradas (Kelling; Wilson, 1982). Essas escolhas estruturais pavimentam o caminho para os resultados analisados a seguir, detalhados em tabelas comparativas.

3.2 Resultados e Implicações

Os dados quantitativos, organizados nas tabelas a seguir, mostram que o "Vizinhança Solidária" supera a "Rede de Proteção Preventiva" na redução de crimes patrimoniais. A Tabela 1 apresenta os percentuais de redução em Minas Gerais, onde a queda média foi de 10% entre 2018 e 2020, com avanços graduais impulsionados por campanhas educativas:

TABELA 1 - Redução Percentual de Crimes em Minas Gerais (Rede de Proteção Preventiva)		
Ano	Redução de Furtos (Minas Gerais)	Redução de Roubos (Minas Gerais)
2017	5%	4%
2018	8%	6%
2019	10%	7%
2020	10%	8%

Fonte: Relatório de Impacto da Rede de Proteção Preventiva, 2023, p. 56

Nota: Tabela elaborado pelo autor

Em contraste, a Tabela 2 ilustra o desempenho em São Paulo, com uma redução média de cerca de 15% em furtos e 16% em roubos entre 2017 e 2020, refletindo a eficácia da vigilância em tempo real, com destaque para o pico de 20% em roubos em 2020:

TABELA 2 - Redução Percentual de Crimes em São Paulo (Vizinhança Solidária)		
Ano	Redução de Furtos (São Paulo)	Redução de Roubos (São Paulo)
2017	10%	12%
2018	12%	15%
2019	15%	18%
2020	18%	20%

Fonte: Programa Vizinhança Solidária: Resultados e Estratégias, 2023, p. 78.

Nota: Tabela elaborada pela autora

A Tabela 3 sintetiza a comparação direta entre os programas, evidenciando a vantagem paulista em velocidade e escala:

Programa	Rede de Proteção Preventiva		Vizinhança Solidária	
Ano/Tipo de Crime	Furtos	Roubos	Furtos	Roubos
2017	5%	4%	10%	12%
2018	8%	6%	12%	15%
2019	10%	7%	15%	18%
2020	10%	8%	18%	20%

Fonte: Relatório de Impacto da Rede de Proteção Preventiva, 2023, p. 56; Programa Vizinhança Solidária: Resultados e Estratégias, 2023, p. 78.

Nota: Tabela elaborado pelo autor

Em São Paulo, a vigilância comunitária explica os resultados mais robustos: 40% das prisões por furto em 2020 foram desencadeadas por denúncias em tempo real (Estado de São Paulo, 2023). Em Minas Gerais, os ganhos, embora consistentes, são mais graduais, com picos em 2019 e 2020 associados a ações em cidades como Uberlândia. Ambos os programas superam a média nacional de redução de furtos (5% entre 2015 e 2020, IBGE, 2023), apesar de o recorte analisado aqui (2017-2020) ser mais curto, o que reforça seu desempenho relativo.

Qualitativamente, as percepções dos moradores em áreas cobertas pelos programas complementam esses números. Em Minas Gerais, 65% relataram maior segurança em 2022, mas apenas 40% se sentiam ativos na prevenção (Minas Gerais, 2023). Em São Paulo, 85% notaram melhorias, com 70% valorizando seu papel protagonista (Estado de São Paulo, 2023). Um morador de Pinheiros (SP) afirmou: "O grupo de WhatsApp mudou tudo." Já em Belo Horizonte, uma líder comunitária observou: "As palestras ajudam, mas falta ação direta nossa."

Esses resultados refletem as bases teóricas e regionais de cada iniciativa. A abordagem paulista, alinhada à prevenção situacional de Clarke (1980), é eficaz em áreas urbanas densas e conectadas. A mineira, focada na conscientização de longo prazo (Silva; Nunes, 2018), avança mais lentamente, influenciada por fatores como maior pobreza extrema (19% vs. 13% em SP, IBGE, 2023). Assim, a autonomia em São Paulo reduz custos e aumenta a responsividade, enquanto a centralização em Minas Gerais constrói confiança, mas exige mais recursos. Um modelo híbrido,

combinando vigilância e educação, poderia equilibrar essas forças, como exploraremos nas conclusões.

4. Considerações Finais

A análise comparativa entre a "Rede de Proteção Preventiva" e o "Vizinhança Solidária" demonstra que ambos os programas são eficazes na redução de crimes patrimoniais, mas suas estratégias — moldadas pelos contextos de Minas Gerais e São Paulo — geram impactos distintos. Em Minas Gerais, a iniciativa alcançou uma queda média de 10% entre 2018 e 2020, destacando-se pela educação e integração estatal-comunitária, que promove ganhos graduais. Já em São Paulo, o programa registrou uma redução média de cerca de 15% em furtos e 16% em roubos entre 2017 e 2020, com pico de 20% em roubos, apostando na vigilância autônoma para resultados mais rápidos. Ambos superam a média nacional de redução de furtos (5% entre 2015 e 2020, IBGE, 2023), mesmo em um recorte temporal mais curto, evidenciando o potencial do policiamento comunitário em um país onde crimes patrimoniais representaram 60% dos registros urbanos em 2022.

Esses achados reforçam a relevância da parceria entre Estado e sociedade na segurança pública, mas também indicam que o sucesso depende de adaptações locais. A urbanização e conectividade de São Paulo favorecem a ação direta, enquanto a diversidade geográfica e social de Minas Gerais exige maior intervenção estatal. Para otimizar essas iniciativas, sugere-se um modelo híbrido que una a educação preventiva mineira — como oficinas em escolas — à mobilização operacional paulista, baseada em redes de comunicação. Testes em cidades intermediárias (ex.: Uberlândia e Ribeirão Preto), com indicadores claros e capacitação mista, poderiam validar essa proposta.

Para futuras pesquisas, recomenda-se explorar a sustentabilidade financeira dos programas, seu impacto em áreas rurais e a percepção das forças policiais sobre a colaboração comunitária. Esses estudos, usando métodos mistos e análises longitudinais, enriqueceriam o debate. Em suma, este trabalho mostra que não há uma solução universal para a criminalidade, mas sim estratégias complementares que, bem articuladas e ajustadas às realidades regionais, podem fortalecer a segurança e a coesão social no Brasil.

REFERÊNCIAS

CLARKE, Ronald V. **Situational Crime Prevention: Successful Case Studies**. Harrow: Harrow and Heston, 1980. Cap. 3, p. 45-62.

FELSON, Marcus; ECKERT, Martine. **Crime and Everyday Life**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2015. Cap. 5, p. 102-118.

MINAS GERAIS. **Relatório de Impacto da Rede de Proteção Preventiva**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2023.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Programa Vizinhança Solidária: Resultados e Estratégias**. São Paulo: Secretaria de Segurança Pública, 2023.

IBGE. **Estatísticas da Criminalidade no Brasil**. Relatório Anual, 2023.

KELLING, George L.; WILSON, James Q. "Broken Windows: The Police and Neighborhood Safety". **Atlantic Monthly**, v. 249, n. 3, 1982. p. 29-38.

SILVA, Carlos A.; NUNES, Raquel F. Policiamento Comunitário e Prevenção ao Crime: Uma Análise de Eficiência. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 12, n. 4, 2018. p. 215-230.